O TRABALHADOR - CONSUMIDOR NO PANÓPTICO PÓS-MODERNO

THE WORKER – CONSUMER IN THE POST-MODERN PANOPTICON

Maria Cecília Máximo Teodoro¹

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

Resumo:

O estudo avalia o mundo contemporâneo e as consequências do uso das redes sociais na vida das pessoas. Analisando os conceitos de *big data* e do *big other*, busca contextualizar a captura da subjetividade da pessoa trabalhadora e consumidora. Nesse contexto, se desenvolve a ideia do panóptico de Jeremy Bentham, mostrando seu refinamento pela sociedade do controle, retratando a sua atualidade como condicionadora de atitudes e captura de mais valia pelo trabalho, pelo consumo e pela extração de dados.

Palavras-chave:

Panóptico. *Big data*. Trabalhadores. Consumidores.

Abstract:

The study assesses the contemporary world and the consequences of social networks on people's lives. Analyzing the concepts of big data and big other, it seeks to contextualize the capture of the subjectivity of the worker and consumer. In this context, it develops the idea of Jeremy Bentham's panopticon, showing its refinement by the society of control, portraying its relevance as a conditioner of attitudes and capturing surplus value through work, consumption and data extraction.

Keywords:

Panopticon. Big data. Workers. Consumers.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vivenciam-se hoje os frutos das últimas revoluções tecnológicas (notadamente a internet), e a consolidação de um novo modelo produtivo, chamado de Uberista. Caracterizada pela passagem da sociedade industrial para a sociedade dos dados, a Era Uber estabelece uma nova lógica de acumulação e faz atual o Panóptico de Jeremy Bentham, embora refinado e adaptado à essa nova realidade.

Nesse contexto, o capitalismo financeiro mostra sua hegemonia usando dos algoritmos, do biopoder e dessa nova lógica da acumulação, que Shoshana Zuboff (2018) chama de uma nova forma de capitalismo de informação, para prever e manipular o comportamento humano como instrumento de criar receitas e controle de mercado.

¹ Pós-Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade de Castilla-La Mancha com bolsa de pesquisa da CAPES; Doutora em Direito do Trabalho e da Seguridade Social pela USP- Universidade de São Paulo; Mestre em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Graduada em Direito pela PUC/MG; Professora de Direito do Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Direito e da Graduação da PUC/MG; Professora Convidada do Mestrado em Direito do Trabalho da Universidade Externado da Colômbia. Pesquisadora; Líder do Grupo de Estudo RED – Retrabalhando o Direito, vinculado à RENAPEDTS; Autora de livros e artigos. Advogada.

O estudo se propõe a analisar, neste contexto, os conceitos de *big data* e do *big other*, caracterizando-os e mostrando seus impactos nas vidas das pessoas. Em seguida explicar-se-á a atualidade do panóptico de Jeremy Bentham (2008), passando por demonstrações das experiências de condicionamento clássico de cachorros, a fim de traçar um paralelo com a sociedade contemporânea e com a tomada da subjetividade das pessoas.

Por fim, analisaremos como o panóptico se mostra ainda atual, embora refinado, neste contexto de uma vida digital e quais os impactos na vida do trabalhador e do consumidor.

2 TECNOLOGIAS DIGITAIS E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE

As transformações históricas da sociedade e da economia determinam diretamente mudanças no pensamento filosófico, cultural, na ciência do direito e na ciência jurídica e nas interações sociais e humanas.

Da mesma maneira caminham os direitos da pessoa, em constante mutação e estabelecendo um relacionamento direto com outras áreas do conhecimento. Os direitos humanos constituem uma classe variável, como a história desses últimos séculos demonstra suficientemente, mudando e se complexificando diária e incessantemente. Também são inexoráveis as transformações das condições históricas, dos interesses das classes no poder e dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, dos conflitos sociais e das demandas humanas.

A análise do contexto atual é importante para a tentativa de compreensão e caracterização do mercado de trabalho do hoje, da sociedade de consumidores e das interações sociais em um mundo digital, a fim de se compreender os direitos das pessoas humanas que trabalham e consomem.

Uma nova dinâmica social se delineia, desde uma perspectiva da globalização e das intensas renovações e revoluções tecnológicas, e faz surgir, na mesma medida, novos conflitos e novos direitos, modificando drasticamente o modo de vida das populações de todos os países.

Os episódios não repercutem mais apenas no âmbito local, mas sim globalmente. Em questão de segundos, por vezes em tempo real, como o 11 de setembro por exemplo, uma catástrofe reverberou no mundo e todos tomaram conhecimento instantaneamente, a ponto de assistirem pela televisão o colapso do segundo avião com as torres gêmeas. Uma desvalorização da bolsa norte-americana ou do Japão colapsa toda a economia mundial. É o *big data* como um novo eixo e o seu poder de fazer o mundo girar em torno da informação. Os meios digitais e as redes sociais, cada vez mais aprimorados e eficientes, se por um lado tornam dinâmicas e

imediatas as relações entre as pessoas, por outro lado, têm o efeito colateral de “transformar em públicas informações que deveriam ser privadas” (OCTAVIANI, 2019).

O advento da internet permitiu mudanças significativas no modelo produtivo, inaugurando uma nova era chamada de Uberista, caracterizada pela passagem de uma sociedade eminentemente industrial para uma sociedade organizada, norteada e ditada por dados. As empresas desse novo modelo propagam a ideologia de que cada um de seus trabalhadores é um “empreendedor de si mesmo” (DARDOT, 2016), no intuito de se furtarem dos encargos sociais que a relação de emprego gera e também sabedoras que são de que “o trabalho tem como fundamento propulsor a satisfação de uma necessidade” (SCHLESENER, 2016, posição 281).

A nova lógica da acumulação tem fascínio pelos dados pessoais e entra na era digital. Nela, o “*big data*” é a nova medula desse organismo chamado “capitalismo de vigilância” (ZUBOFF, 2018, p. 18) e cognitivo. A extração não é mais tão somente do excedente da força de trabalho, mas também dos dados dos usuários das novas tecnologias e junto destes dados também das suas subjetividades decorrentes do produto das interações sociais cada vez mais digitais.

Como uma nova espinha dorsal, o *big data* diz respeito aos dados pessoais, dentre eles dados sensíveis da pessoa humana. As informações mais íntimas, os hábitos e desejos são insumos fornecidos pelos próprios usuários das redes, que alimentam este novo modelo - agudamente rendoso, disputado e de transparência duvidosa - em suas interações nas redes sociais.

Os usuários das redes de computadores e trabalhadores alienam seus dados acriticamente e voluntariamente, abrindo o baú de suas intimidades rumo a um desígnio desconhecido, não sabendo como serão tratadas suas informações mais íntimas e como isso pode afetar suas próprias vidas.

Os algoritmos então passam a captar as transações e as relações feitas pelos computadores, smartphones e tablets, fazendo com que “os comportamentos que anteriormente não eram observáveis, sejam agora captados” (ZUBOFF, 2018, p. 41).

Já o *big other* é “o nome de batismo dessa nova arquitetura universal que existe em algum lugar entre a natureza e Deus” (TEODORO; BHERING, 2020, p. 258). Trata-se de um poder, que parece sobrenatural, e que se caracteriza como uma governança em rede que inventaria, transforma e mercadoriza a vida cotidiana, “desde o uso de um eletrodoméstico até seus próprios corpos, da comunicação ao pensamento, tudo com vista a conquistar mais consumidores” (ZUBOFF, 2018, p. 43-44).

Google e Facebook foram empresas precursoras nesse novo mercado produtivo de dados, adotando a estratégia de usar a tecnologia a seu favor para apurar os desejos das pessoas e lhes devolver sob a forma de propaganda. “Mas, para tanto, percebeu que deveria passar da fase de captura do maior esforço físico para a captura do produto da cooperação social” (FUMAGALLI, 2007).

Com esse desiderato, a tecnologia é empreendida para a maior aquisição de dados de usuários, que serão usados como insumos na análise e na produção de algoritmos, desenvolvendo “o chamado *microtargeting*, uma propaganda dirigida a um alvo específico, uma visada precisa do anúncio publicitário em relação às características dos usuários”. Ou seja, “mais informação circulando significa mais capital circulando, uma vez que o sistema opera em função da propaganda (ANTUNES, 2018).

O documentário *Privacidade rackeada*, disponível no canal Netflix, mostra como as eleições presidenciais dos EUA, (nas quais Trump foi o vencedor) e o BREXIT (a saída do Reino Unido da União Européia) foram acontecimentos arquitetados pela coleta ou venda indevida dos dados pelo facebook para a Empresa Cambridge Analytica, levando a uma manipulação antidemocrática da opinião das pessoas caracterizadas como persuasíveis.

A Empresa Uber, desde 2016, atualizou seu aplicativo de forma a coletar dados de localização de seus usuários. Uma alteração que passou por imperceptível pelos seus usuários, não retratando a grandiosidade da mudança em termos de invasão de privacidade. O aplicativo passou a rastrear a movimentação dos passageiros mesmo fora de uma viagem, o que antes acontecia apenas durante o uso do app e que agora capta os dados por até 5 minutos depois da pessoa descer do carro (UBER, 2020).

Com o monitoramento durante e após as viagens, tanto do motorista quanto do passageiro, a Uber captura dados pessoais detalhados da vida cotidiana das pessoas, passando-se “à materialização de uma sociedade plenamente administrada” (ANTUNES, 2018).

Com apuro jurídico e esmero linguístico, a Uber, a fim de se apropriar de trabalho desprotegido e dos dados pessoais, tenta se mostrar inserida no modelo de economia solidária e busca passar a ideia de consumo colaborativo.

Mas tal discurso se mostra ideológico e não passa de *sharewashing*, ou seja, empresas fingem praticar a economia compartilhada, diante do forte apelo social e ecológico do compartilhamento, que visa ser um contraponto ao consumo desenfreado e ao irrefreável imperativo de crescimento econômico, que levam a crises ambientais. Trata-se de uma economia que visa ao compartilhamento de recursos, a fim de reduzir o consumo desnecessário.

É o próprio compartilhamento, o movimento não monetário de bens e serviços entre amigos e dentro das comunidades.

Assim, em sua acepção pura, a economia compartilhada não se relaciona com o sharewashing. A principal diferença entre a promessa da economia compartilhada real e a enxurrada de empresas que “se passam por empresas de economia compartilhada” fazendo uma “lavagem de ações e buscando se esconder sob seu manto é que a última envolve inescapavelmente troca monetária, por lucro, em total contraste com qualquer definição de “compartilhar” (KALAMAR, 2013).

A Uber em seguida “esgota seus adversários no tribunal ou eventualmente concorda em pagar multas que representam um investimento negligenciável para um retorno significativo”, prática hoje chamada de “imperialismo de infraestrutura” (ZUBOFF, 2018, p.30)².

Nessa lógica, as pessoas são cooptadas a serem empreendedoras de si mesmas, cujo fio condutor é a ideia de liberdade, mas acaba por permitir que todo o fruto das suas interações sociais seja captado pelo sistema e como um bumerangue as informações são tratadas e voltam como ofertas de consumo, quase como num passe de mágica, incutindo necessidades artificiais.

No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados, (Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018³) é publicada como um instrumento de controle e limitação à captura, tratamento e utilização dos dados pessoais.

A LGPD visa proteger os chamados dados pessoais sensíveis e não sensíveis, conceituados no artigo 5º, incisos I e II. São estes o produto das interações das pessoas naturais nas redes sociais, que a identificam ou a tornam identificável, em especial os sensíveis ligados à sua origem racial ou étnica, opiniões políticas e convicções religiosas ou filosóficas, sua filiação sindical ou não, seus dados genéticos, dados biométricos, informações relacionadas a saúde, dados relativos à vida sexual ou orientação sexual da pessoa.

O conceito de dados pessoais dado pela LGPD, do ponto de vista teórico, se apresenta adequado e suficiente, mas como barrar a utilização indevida desses dados é a grande questão posta. A LGPD tenta dizer como empresas e entes públicos podem coletar e tratar informações de pessoas, estabelecendo direitos, exigências e procedimentos.

² Exemplificativamente, vale citar que no Tribunal mineiro [TRT3] das 11 turmas, apenas 03 reconhecem o vínculo de emprego entre motorista e plataforma, a depender da composição dos julgadores, são elas: a sétima turma, a primeira e a décima primeira. Sabendo-se disso, a Uber faz uma análise econômica do risco e controla a jurisprudência, sempre fazendo acordos em sigilo quando os recursos caem nas referidas turmas, tornando impossível a busca dos julgados, pois são remetidos ao arquivo em segredo de justiça.

³ A referida lei passaria a vigorar apenas em 2021 em razão da pandemia da COVID-19. Mas, após o Congresso não converter o adiamento previsto em Medida Provisória em Lei, em 17/09/2020, a LGPD foi sancionada pelo Presidente da República. E assim, passou a vigorar no ordenamento jurídico brasileiro a partir de 18/09/2020.

Em tese o titular ganha direitos, podendo por exemplo solicitar os dados que a empresa tem sobre ele e para qual finalidade foram usados. E se forem usados incorretamente, poderá cobrar a correção. Em determinados casos, poderá se opor a um tratamento de dados, e pedir revisão de decisões automatizadas tomadas com base no tratamento de dados. No entanto, até que isso aconteça, os dados foram capturados e usados.

A questão que se coloca é se a LGPD surge como mecanismo eficaz à contenção do uso desenfreado do *big data* pelas empresas ou se servirá, em realidade, para criar um ambiente jurídico favorável à captura e ao uso impróprio de dados pessoais.

De qualquer forma, o controle que se desenvolve pela captura dos dados massivos se diferencia do regimes disciplinares, que se baseavam em restrições e coerções diretas; mas também se aproxima deles porque o controle não desaparece, apenas é feito pelos próprios usuários, que alimentam as redes com as suas informações e, “enquanto imaginam obter gratuitamente informações, diversão e lazer”, estão, na verdade, inseridos num “jogo assimétrico” no qual não se sabem monitorados, “não podem escolher quais dados fornecer, e menos ainda o que será feito com suas informações” (ANTUNES, 2018, p. 189-190).

3 UM PANÓPTICO PÓS- MODERNO

A ideia de um panóptico pós-moderno demonstra que com a adição do processo de captura e de tratamento dos dados pessoais pelas suas interações sociais, a pessoa passa agora a retroalimentar o sistema capitalista em três importantes momentos: no início, com a sua produção enquanto trabalhador; no momento intermediário, com a oferta dos seus dados; e na ponta, ao consumir.

Jeremy Bentham desenvolveu a ideia do Panóptico para criar um sistema de vigilância permanente. Para tanto, os prisioneiros permaneciam em uma circunferência enquanto o apartamento do inspetor permanecia no centro dentro de um edifício circular (NUNES, 2018, P. 164).

O panóptico era aplicável a “qualquer tipo de estabelecimento, no qual se necessitasse manter pessoas sob inspeção”: seja o de punir o incorrigível, encerrar o insano, reformar o viciado, curar o doente. E a sua ideia de perfeição ideal era justamente que cada pessoa estivesse realmente nessa condição, durante cada momento do tempo” (BENTHAM, 2008, p. 19-20).

Michel Foucault, ao analisar a arquitetura do panóptico de Jeremy Bentham, em que ele se inspirou, diz que esta tem “o efeito de induzir no observado um estado consciente e permanente de visibilidade, que assegura o funcionamento automático do poder”. Ou seja, ele

“é visto mas não vê; é objeto de uma informação, mas nunca sujeito numa comunicação” (FOUCAULT, 1987, p. 166-167).

Nesse sentido, Foucault orienta-se metodologicamente por aquilo que Pogrebinschi chama de princípio da *ascensão*, pelo qual Foucault rejeita uma análise descendente de poder, como se fosse exercido de cima, ou do alto, para baixo. Em sentido contrário, a introjeção da ideia do panóptico seja pelo trabalhador, seja pelo consumidor, faz com que o poder seja exercido de baixo para cima, ou de dentro para fora. Seria “uma análise ascendente do poder, que parte de seus mecanismos moleculares, infinitesimais, até chegar àqueles gerais, globais”.

Assim, o panóptico pós moderno no trabalho parece exercitar o poder, pelas tecnologias digitais, não por vida das instituições estatais, “mas sim através de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos – e não gerais ou globais – de poder” (POGREBINSCHI, 2004).

A mesma lógica é observada nos experimentos de Pavlov. Ivan Pavlov pesquisou a salivação dos cachorros na presença de comida. Em suas experiências, ao tocar um sino e em seguida premiar com a comida, os cachorros salivavam. Depois de oferecer os dois estímulos (sino e comida) repetidamente, Pavlov conseguiu que eles ficassem associados: bastava tocar o sino, mesmo sem dar a comida, que os cachorros salivavam.

Aqui reside a semelhança. O panóptico é pós-moderno, refinado, repaginado. O novo sistema de castas na sociedade é dado pelo consumo, signo de poder e de status. As pessoas são levadas a consumir cada vez mais para adquirirem os bens que farão com que elas pareçam pertencer a uma classe superior.

Os trabalhadores, ao se venderem como mercadorias e priorizarem o consumo, vivenciam uma Síndrome de Patrão (TEODORO, 2017, p. 15), numa analogia à Síndrome de Estolcomo, em que os trabalhadores se identificam muito mais com seus patrões do que com seus pares, sua classe.

Para tanto, invertem a ordem *trabalho, logo consumo*, para *quero consumir, logo tenho que trabalhar o tanto que for necessário para conseguir*. O sistema alimenta essa síndrome introjetando na pessoa necessidades artificialmente criadas a partir de seus próprios dados pessoais, por ela mesma ofertados em suas interações sociais digitais.

O resultado é o mesmo do panóptico, as redes sociais e as empresas fazem com que as pessoas (ou usuários, para não dizer, viciados) sejam seus próprios algozes sem nem mesmo perceber. Estando constantemente conectadas e nutrindo a falsa ideia de liberdade, as pessoas

estão aprisionadas e sorrindo, como num Show de Truman⁴, cada vez mais dependentes, mais controladas e vigiadas, alinhadas, conformadas, como *fantoches* de um sistema que coleta seus dados e dita suas necessidades.

4 OS IMPACTOS DE UMA VIDA DIGITAL NO CONSUMIDOR E NO TRABALHADOR

A série britânica *Black Mirror*, que se propõe ser antológica e de ficção científica, criada por Charlie Brooker, atrai inúmeros espectadores com seus episódios com temas obscuros, complexos, inusitados e um tanto quanto satíricos.

O que caracteriza as séries televisivas disponíveis ao público em geral, levando-os a “maratonar” diante da tela, é a sequência de fatos e personagens, deixando o expectador viciado e desejando saber o desfecho do próximo capítulo. Na série, todos os episódios, mesmo sem conexão uns como os outros, tratam e examinam crítica e satiricamente os impactos da tecnologia nas interações sociais, na percepção própria e coletiva dos indivíduos e em sua realidade diária na sociedade atual.

Todos os episódios, mesmo sem conexão uns como os outros, tratam e examinam crítica e satiricamente a sociedade atual, notadamente no que se refere aos impactos da tecnologia nas interações sociais e na percepção própria e coletiva dos indivíduos e sua realidade diária.

Vários episódios iniciam da tela de um smartphone, o que parece inspirar o próprio título de *Black Mirror* que, numa tradução livre “Espelho Preto”, remete à tela dos nossos telefones e ao fato de que hoje boa parte da nossa vida ali se desenvolve.

Ainda mais curioso é o fato de que a série, mesmo relativamente nova, lançada pela primeira vez em 2011, e se pretendendo distópica, se mostra cada vez mais premonitória de uma realidade que bate à porta.

No episódio “Queda Livre” (*Nosedive*) os *likes* recebidos pelas pessoas servem de mecanismo de avaliação e, via de consequência, de mecanismo de escalonamento social. Comportamentos e atitudes normais dos usuários são passíveis de avaliação e boas notas podem gerar prestígio e mobilidade social, sendo passível de conduzir à obtenção de um novo emprego dos sonhos ou à chance de adquirir um apartamento ou um carro novo, por exemplo. Na série, a protagonista entra num processo obsessivo em busca de *likes*, acabando por destruir-se, numa verdadeira queda livre.

⁴ Truman Burbank é a estrela de “O Show de Truman”, um fenômeno da TV que vai ao ar 24 horas por dia e transmite todos os aspectos da sua vida sem o seu conhecimento. Disponível no netflix.

O cenário do episódio remete a um mundo perfeito, com tons claros, numa atmosfera sublime. Qualquer semelhança entre o aplicativo *star* do episódio com a nossa realidade, notadamente com o aplicativo *Instagram*, será mera coincidência? Em tese, a grande diferença entre o cenário de Queda livre e o *Instagram* é o fato de que as avaliações feitas no *app star* geram efeitos e determinam a vida real. E o *Instagram*, em tese, não.

É inegável que a vida no *Instagram* tem ritmo, sons e tons sublimes, pastéis, idílicos, beirando a perfeição, mas seria inadequado afirmar que as curtidas e interações do aplicativo também determinam diretamente a vida real?

Na introdução de sua obra “Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria”, Zygmunt Bauman narra três diferentes casos retirados do renomado jornal britânico *The Guardian* (BAUMAN, 2008, p. 7).

O primeiro deles é de 2006 e relata o crescimento exponencial de redes sociais como *MySpace*; *Spaces*, *MSN* e *Bebo*, atentando para o fato de que o cerne da questão está na felicidade dos usuários, na maioria colegiais, em compartilhar informações pessoais e detalhes íntimos de suas vidas pessoais. Ele chama esta sociedade de “confessional” e diz ser notoriamente caracterizada pela eliminação da fronteira entre o privado e o público e “por transformar o ato de expor publicamente o privado numa virtude e num dever públicos”, sendo certo que “para a sociedade virtual, o não compartilhamento da intimidade poderá tornar a pessoa invisível, podendo ainda levar a sua rejeição social” (BAUMAN, 2008, p. 9-10).

No segundo relato, em 2016, a tecnologia era usada para classificar os clientes, num ranking variável de 1 a 3, pelo qual a empresa poderia otimizar o seu tempo e atender de forma diferenciada, priorizando o pronto e qualificado atendimento dos clientes nota 1, e deixando na fila de espera os clientes de nota 3, considerados menos importantes. Bauman chamou de controle panóptico, um sistema de vigilância negativa (BAUMAN, 2008, p. 10-11).

E o terceiro caso narrado diz respeito ao sistema de pontuação dos migrantes, anunciado pelo Ministro Britânico do Interior, Charles Clarke. O sistema usaria da tecnologia para selecionar migrantes e permitir ou não seu ingresso no país, pois seria apto a classifica-los tendo como referência quem teria mais dinheiro para investir ou maior capacidade para ganha-lo. Ou seja, um sistema de seleção de seres humanos nos mesmos moldes mercadológicos, onde se elege o melhor produto entre os ofertados na vitrine/prateleira (BAUMAN, 2008, p. 11-12).

O que os três casos, embora totalmente diferentes, tem em comum é exatamente o papel de produtores e mercadorias desempenhados pelos adolescentes, pelos clientes em potencial e pelos candidatos a imigrantes, mediante o forte estímulo à competitividade e à promoção pessoal, promovendo o marketing de si mesmos, no intuito de se tornarem seres humanos

atraentes e desejáveis. E “para tanto, fazem o máximo possível e usam os melhores recursos que têm à disposição para aumentar o valor de mercado dos produtos que estão vendendo. E os produtos que são encorajadas a colocar no mercado, promover e vender são *elas mesmas*” (BAUMAN, 2008, p. 13).

Byung Chul Han chama a comunicação digital de “mídia de afetos”, ao permitir uma “descarga de afetos instantânea possível”, pois nenhuma hierarquia clara separa o remetente do destinatário. “Todos são remetentes e destinatários, consumidores e produtores”. (HAN, 2018, p.9).

Voltando o olhar para o contexto do trabalho, a situação não se difere muito, mantendo substancialmente as mesmas características, posto que na sociedade atual a pessoa é cobrada (ou se cobra) a se entregar inteiramente ao trabalho, sacrificando tudo pela sua carreira.

Vincent de Gaulejac diz que a demanda por sucesso se fundamenta num desejo inconsciente de onipotência, que alimenta o próprio narcisismo do indivíduo. De fato, o trabalhador (e seu trabalho, agora comparados à mercadoria) deve se apresentar em condições impecáveis, mostrando-se atraente e vendável, a fim de encorajar o capitalista a gastar seu dinheiro comprando a sua mão-de-obra. O trabalhador, então, “tomado pela ilusão de seu próprio desejo”, é levado “pelo medo de fracassar, de perder o amor do objeto amado (aqui, a organização). É o temor de não estar à altura, a humilhação de não ser reconhecido como um bom elemento (GAULEJAC, 2007, p. 124).

Byung-Chul Han explica que as redes sociais, enquanto “espaços de exposição do privado”, alimentam uma “imperiosa coação icônico-pornográfica da intimidade e da esfera privada”, de modo que “nenhuma esfera privada é mais possível”, pois a comunicação digital transforma os olhos humanos em câmeras, de forma que “os olhos fazem imagens” (2018, p. 10).

A exaltação da exibição da vida privada acaba por transformar a pessoa mesma em mercadoria. Ao transformar o corpo em mercadoria a ser avaliada e consumida, o corpo passa a ser controlado pelas mídias sociais, deixando de pertencer à pessoa, uma vez que para pertencer e ser aceito, o indivíduo precisa adequar o seu corpo ao estilo predominante.

O trabalho enquanto mão de obra a ser vendida, avaliada e disponibilizada no mercado, poderia levar a ser considerado, desde a perspectiva econômica, como trabalho um fator de produção. No entanto, desde a perspectiva dos direitos humanos fundamentais e sociais, Alain Supiot (1994) destaca que a grande dificuldade jurídica que tal postulado carrega reside justamente no “fato do trabalho não ser mercadoria, por força do aspecto da pessoalidade, que o torna indissociável da pessoa do trabalhador.

No trabalho, o mesmo se passa. O sistema de produção impõe ao trabalhador um controle que é realizado também pela constante cobrança de se reciclar, se adaptar e se atualizar a fim de permanecer no mercado, sob pena de ser extirpado do sistema, caso tais imposições não sejam cumpridas.

Nesse sentido, Bauman afirma que na sociedade de consumidores, “ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém poderá manter segura a sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável” (BAUMAN, 2008, p. 20).

A pessoa, assim dotada de um valor econômico e apta a reproduzir o círculo vicioso de ora servir ao sistema como produtora, ora como a própria mercadoria, mantém uma lógica econômica estritamente privada e guiada pela ênfase nas capacidades, competências, imagem e valores que cada pessoa deve mostrar ter para garantir uma posição no mercado de trabalho (GAULEJAC, 2007, p. 21).

Sendo assim, fica difícil de saber se um indivíduo que, preocupado com sua própria desatualização, faz um curso de especialização, pós-graduação ou de reciclagem está se fortalecendo com relação à empresa ou se, pelo contrário, está tacitamente confirmando o poder dela: afinal, ele se tornará “melhor para... a empresa!” (GAULEJAC, 2017, p. 21)

O vínculo de emprego apresenta-se como importante fonte de coleta de dados, em razão da abrangência e dos desdobramentos do poder empregatício, que permite à empresa monitorar seu trabalhador, que, em permanente estado de controle, dentro e fora do trabalho, acaba por alienar sua subjetividade através da entrega da sua privacidade, mas também de seu direito à desconexão, de seu tempo de lazer e até de suas horas de sono. E porque não dizer: de sua liberdade.

Isso quer dizer que o trabalhador de hoje passa a retroalimentar o sistema capitalista em três importantes momentos: no início, com a sua produção; no momento intermediário, com a oferta dos seus dados; e na ponta, ao consumir.

Esse movimento chamado de relacional (ANTUNES, 2018, p. 83), faz com que “o trabalho humano transfira parte dos seus atributos subjetivos” ao novo sistema de produção resultante da Era Uber, resultando na “objetivação de atividades subjetivas”.

Nesse contexto, toma importância a retomada da ideia de eficácia horizontal dos direitos humanos fundamentais e sociais, no intuito de fustigar das relações de consumo e de trabalho esse fenômeno que patrimonializa a subjetividade, consequentemente gerando sua repersonalização (TEODORO, 2016).

Dada a inegável função extrapatrimonial do Direito do Consumidor e do Direito do Trabalho, pois asseguram à pessoa humana as condições dignas de vida e sobrevivência, o consumo e o trabalho têm importante função social e psicológica para a pessoa, pois é por meio deles que se inserem na sociedade e se afirmam enquanto cidadão.

Trata-se de reafirmar a efetividade da Constituição Federal e da dignidade da pessoa humana, como base de todo o ordenamento jurídico, não só nas relações descendentes de poder, mas também nas relações entre particulares direitos fundamentais ganharam aplicabilidade também nas relações entre particulares.

Logo, os direitos humanos fundamentais e sociais produzem eficácia imediata nas relações privadas, para defender a pessoa humana dos abusos praticados por particulares, pois a liberdade individual também deve ser tutelada em face dos particulares que detém poder social e econômico. Renault destaca que a eficácia horizontal dos direitos fundamentais é indispensável para proteger os indivíduos, vez que na esfera privada outros indivíduos também *“cometem atos contrários à dignidade da pessoa humana, abusam do direito, discriminam, oprimem os mais fracos e se beneficiam de centros de poder, que não são mais exclusividade do Estado”* (FABIANO; RENAULT, 2011, p. 215).

Assim, a irradiação dos princípios e valores constitucionais a todo o ordenamento jurídico tem por consequência a aplicação direta da Constituição às relações privadas, conferindo eficácia horizontal aos direitos fundamentais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo modelo econômico de produção que se consolida, denominado Era Uberista, vem na esteira do desenvolvimento dos sistemas produtivas e refina os paradigmas produtivos do toyotismo, assim como este o fez com o fordismo e este com o taylorismo.

A implementação de um modelo uberista, mediado pelo trabalho em plataformas digitais e com pouca preocupação com a eficácia horizontal dos direitos fundamentais e sociais dos trabalhadores e consumidores, representa a passagem de uma sociedade industrial para a uma sociedade dos dados, estabelecendo uma nova lógica de acumulação fazendo o Panóptico de Jeremy Benthon parecer extremamente atual.

As tecnologias digitais são usadas pelo capitalismo financeiro como a nova moeda e este uma vez mais consolida sua hegemonia usando dos algoritmos e do biopoder.

Como visto, os conceitos de *big data* e do *big other*, organizados pelos algoritmos refletem seus impactos nas vidas das pessoas, seja como consumidoras ou trabalhadoras. Nesse

contexto, se apresenta atual o panóptico de Jeremy Bentham ou ainda as experiências de condicionamento clássico de cachorros de Pavlov, a fim de traçar um paralelo com a sociedade contemporânea e com a tomada da subjetividade das pessoas.

Pela análise de um panóptico pós moderno, embora refinado, o estudo mostrou os impactos de uma vida digital nas esferas psíquica e social trabalhador e do consumidor, na medida em que o poder agora é exercido com base no princípio da *ascensão*, exercendo-se de baixo para cima, ou de dentro para fora.

O panóptico pós moderno no trabalho parece exercitar o poder, pelas tecnologias digitais, levantando o debate sobre a importância de se encontrar nos direitos fundamentais e sociais um contraponto contra hegemônico na efetivação de sua eficácia horizontal.

A eficácia horizontal dos direitos fundamentais parece ser instrumento jurídico hábil a ser resgatado para a tutela da dignidade da pessoa humana consumidora e trabalhadora. Embora a atividade econômica constitua objeto de proteção da Constituição, não é valor absoluto, sendo imprescindível a interpretação da norma de acordo com os demais valores insculpidos no texto constitucional. Desse modo, a atividade econômica deve ser explorada como meio de valorização social do trabalho, além de ser desempenhada à luz da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Deborah Christina; MAIA, Ari Fernando. Big Data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 189-199, Ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642018000200189&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Set. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BENTHAM, Jeremy et al. **O panóptico**. Organização de Tomaz Tadeu. Traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987. Disponível em: <<https://comunicacaodasartesdocorpo.files.wordpress.com/2013/11/foucaultmichel->

FABIANO, Isabela Márcia de Alcântara Fabiano; RENAULT, Luiz Otávio Linhares Renault. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações de emprego – alguma verdade. **Revista do TST**, Brasília, vol. 77, n. 4, p. 204-230, out/dez 2011.

FUMAGALLI, Andrea; LUCARELLI, Stefano. A model of Cognitive Capitalism: a preliminary analysis. **European Journal of Economic and Social Systems**, December 2007. Disponível em: <http://mpira.ub.uni-muenchen.de/28012/>> Acesso em 16 set. 2020.

GAULEJAC, Vincent. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Tradução Ivo Storniolo. 3ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2007, p. 124.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

KALAMAR, Anthony. **Sharewashing is the new greenwashing**. OpEdNews Op Eds maio de 2013. Disponível em: < <https://www.opednews.com/articles/Sharewashing-is-the-New-Gr-by-Anthony-Kalamar-130513-834.html> > Acesso em 16 set 2020.

NUNES, Talita Camila Gonçalves. **A precarização no teletrabalho**. Escravidão tecnológica e impactos na saúde física e mental do trabalhador. Belo Horizonte: RTM, 2018, p. 164.

OCTAVIANI, Tiago. **Globalização e constitucionalismo frente à dicotomia público e privado**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7803>>. Acesso em: 7 set. 2019.

POGREBINSCHI, Thamy. **Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder**. Lua Nova, São Paulo, n. 63, p. 179-201, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SCHLESENER, Anita Helen; MASSON, Gisele; SUBTIL, Maria José Dozza (Orgs) **Marxismo(s) & educação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

SUPIOT, Alain. **Critique du droit du travail**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

TEODORO, Maria Cecília Máximo; ANDRADE, Karin Bhering. *O panóptico pós-moderno no trabalho*. In: **Futuro do Trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade**. organização: Rodrigo de Lacerda Carelli, Tiago Muniz Cavalcanti, Vanessa Patriota da Fonseca. – Brasília: ESMPU, 2020, p. 251-271, p. 258.

TEODORO, Maria Cecília Máximo. A síndrome de patrão. In: **Tópicos contemporâneos de Direito do Trabalho**: reflexões e críticas: vol. 2. Coordenadores: Maria Cecília Máximo Teodoro, Roberta Dantas Mello, Ana Flávia Paulinelli Rodrigues Nunes, Eduardo Perini Rezende da Fonseca. Belo Horizonte: RTM, 2017, p. 15.

TEODORO, Maria Cecília Máximo. **Por um Direito do Trabalho Repersonalizado**. In: Como aplicar a CLT à luz da constituição: alternativas para os que militam no foro trabalhista/ Márcio Túlio Viana, Cláudio Jannotti da Rocha, Coordenadores. São Paulo: LTr, 2016, p. 147 – 154.

UBER passa a rastrear localização de usuários mesmo após o fim de uma corrida. **Canaltech**. Por Redação. 29 de nov. 2016. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/apps/uber-passa-a-rastrear-localizacao-de-usuarios-mesmo-apos-o-fim-de-uma-corrida-84945/>> Acesso em 15 set 2020.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda et al. (org.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Submissão em 16/10/2020 / Aceito em 01/12/2020